



**ACÓRDÃO Nº59/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11585/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – PGE.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Paulo Jose Gomes de Carvalho (Ordenador de despesas) e Heloysa Simonetti Teixeira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5602/2020-MPC, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Senhor **Paulo Jose Gomes de Carvalho**, Procurador Geral do Estado, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade da Senhora **Heloysa Simonetti Teixeira**, Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.3. **Dar quitação** ao Senhor **Paulo Jose Gomes de Carvalho**, Procurador Geral do Estado, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº.



**ACÓRDÃO Nº59/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

04/2002 - RITCE;

**10.4. Dar quitação** à Senhora **Heloysa Simonetti Teixeira**, Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

**10.5. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.5.1.** Ausência do relatório e certificado de auditoria, com parecer desse órgão de controle interno, junto à Prestação de Contas Anual, dos responsáveis pela Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, em desacordo ao estabelecido no inciso III, do artigo 10, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM;
- 10.5.2.** Ausência do Parecer Jurídico, em descumprimento ao artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, referentes aos Termos Aditivos e Contratos relacionados;
- 10.5.3.** Ausência de comprovação de vantajosidade na prorrogação do mesmo, conforme preceitua artigo 57, inciso II da Lei nº. 8666/1993;
- 10.5.4.** Índícios de acumulação irregular de cargos, contrariando a previsão sobre acúmulo legal de cargos, conforme disposto na CF/1988;
- 10.5.5.** Ausência de justificativas quanto à forma documental, fundamentada e objetiva os valores que compõe a natureza “Diversas restituições e Indenizações” pagas a Pessoal;
- 10.5.6.** Ausência de justificativas quanto às admissões de pessoal, esclarecendo-se o porquê do aumento de 96% e 101% respectivamente no número de comissionados e estatutários no final do exercício, justificando-se o interesse público de forma fundamentada, objetiva e documental e, por fim, encaminhando-se a relação nominal de tais servidores, bem como a lotação e o número do processo que ensejou a contratação dos efetivos.

**10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.



**ACÓRDÃO Nº59/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**11- Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 2 de Fevereiro de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição